

Imprensa

Atualizado em 9/6/2016 14:40:21

Evento reúne defensores públicos de execução penal de todo Brasil



O II Encontro Nacional dos Defensores Públicos de Execução Penal, evento organizado pela Comissão Especializada do Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais, terá como tema “A Defensoria Pública na Execução Penal: conformar o sistema prisional à Constituição e transformá-lo criticamente”, e será realizado nos dias 9 e 10 de Junho, no estado do Rio de Janeiro.

Para a Defensoria Pública do Estado do Pará foram ofertadas 9 vagas. Os defensores que irão participar do evento são Marcos Vinicius Franco; Larissa Machado; Ana Izabel Santos; Eliana Vasconcelos; Daniel Sabbag; José Arruda; Arthur Corrêa; Johny Giffoni; e Vanessa Araújo.

O Subdefensor Público Geral, José Audamir Arruda, foi convidado para participar do painel “Métodos alternativos de gestão prisional”, com o subtema “Parceria Público Privada em Presídios”, e lançará seu livro “A privatização de presídios: uma ressocialização perversa”, baseado em sua tese de mestrado. “Eu trato da concepção do sistema carcerário brasileiro, e como esse encarceramento em massa se transformou em um comércio na nossa sociedade Neoliberal”, explica José Arruda.

O defensor público Johny Giffoni, do Núcleo do Consumidor, foi convidado para o painel “Respeito e subjetividades: tutela dos grupos sociais vulneráveis no cárcere”, com o subtema “Proteção dos direitos dos Indígenas no ambiente carcerário”. Segundo o defensor, até o ano de 1988 a Constituição tratava do indígena como aculturado a partir do momento que deixava de ter os costumes da etnia, mas após 88 teve sua cultura e organização social garantidas por lei. “Porém, o código de processo penal e o estatuto do índio ainda o vê como ser aculturado, então sob qual perspectiva devemos olhar para o índio encarcerado?”, esclarece Johny Giffoni.





O coordenador geral da Comissão Especializada em Execução Penal, do Colégio dos Defensores Públicos Gerais, o defensor público Arthur Corrêa, também palestrará durante o evento. Dentre seus painéis, estão “Mecanismos alternativos de combate ao superencarceramento”, e uma análise do monitoramento eletrônico no plano normativo atual e no âmbito dos projetos de lei que alteram a Lei de Execução Penal e o Código Penal.

Arthur Corrêa também destaca a importância deste encontro, “O evento tem como objetivo congrega os defensores públicos da área de execução penal, tanto do estado quanto da união, do Brasil inteiro. Pensamos nos temas para os painéis de modo a proporcionar uma capacitação sobre vários assuntos de interesse da área, como as 14 normas técnicas de execução penal aprovadas pela comissão, que visam uniformizar e humanizar o cárcere”. O defensor explica que já foi provado que a humanização diminui o índice de reincidência e quebra o surgimento de organizações criminosas.

Os painéis do evento serão: Métodos alternativos de gestão prisional; Mecanismos alternativos de combate ao superencarceramento; Impactos da política de drogas para o hiperencarceramento; Análise da Medida de Segurança no plano atual e perspectivas; Aportes interdisciplinares como contributo ao aprimoramento do Sistema Prisional; Atuação da Defensoria Pública perante os Tribunais Superiores; A tutela coletiva promovida pela Defensoria Pública no âmbito do sistema prisional; Respeito às subjetividades: tutela dos grupos sociais vulneráveis no cárcere; Apresentação das Notas Técnicas da Comissão Especializada em Execução Penal do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais – CEEP-CONDEGE; Considerações sobre o PLS 513/2013 – Altera a lei de Execução Penal.

Confira a programação completa [aqui](#).

Texto: **Ana Tostes**

Fotos: **Ronaldo Silva**